

A agroecologia como alternativa ao agronegócio e estratégia para o desenvolvimento sustentável no vale do Juruá/Acre - Brasil.

Kleber Andolfato de Oliveira y Ilena Felipe Barros.

Cita:

Kleber Andolfato de Oliveira y Ilena Felipe Barros (2019). *A agroecologia como alternativa ao agronegócio e estratégia para o desenvolvimento sustentável no vale do Juruá/Acre - Brasil*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1512>



A agroecologia como alternativa ao agronegócio e estratégia para o desenvolvimento sustentável no vale do Juruá/Acre – Brasil

Kleber Andolfato de Oliveira
Ilana Felipe Barros

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar através da pesquisa exploratória reflexões na tentativa de estabelecer as bases que levarão a estudos futuros relacionados ao desenvolvimento sustentável no Vale do Juruá, pertencente da Amazônia brasileira no Estado do Acre. As ideias que permeiam um desenvolvimento em vias da sustentabilidade têm se apresentado como ponto chave na discussão e construção de um cenário agrícola mais desejável para a preservação e manutenção dos recursos naturais e da qualidade de vida dos camponeses e populações tradicionais. As especificidades que levam em consideração os processos e relações em torno do território são importantes para o desenvolvimento de um modelo de agricultura agroecológica. A agroecologia e os estudos territoriais se voltam assim para a identificação das atividades, pensamentos, projetos individuais e coletivos que favoreçam o florescimento das específicas vocações ecológicas e culturais do território. Trata-se de considerar os aspectos que possam ser favoráveis ao despertar destas vocações, o que, em maior ou menor medida, pode conferir consistência a um desenvolvimento territorial promissor, inovador e sustentável. A qualidade do desenvolvimento, desta maneira, está vinculada à tipicidade, à diversidade, à originalidade, ao bem-estar social, à preservação do meio-ambiente e do patrimônio cultural. Neste cenário encontra-se o Vale do Juruá/Acre - Brasil e suas especificidades territoriais que, atualmente, sofre com exploração do agronegócio, colocando em risco seu papel ecológico e sociocultural. Percebe-se que as iniciativas que permitem o desenvolvimento sustentável na região, são aquelas que possuem atributos relacionados à agroecologia.

Palavras chaves

Meio ambiente; Amazônia; especificidades; território.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar a través de reflexiones de investigación exploratoria en un intento por establecer las bases que conducirán a futuros estudios relacionados con el desarrollo sostenible en el Valle de Juruá, perteneciente a la



Amazonía brasileña en el estado de Acre. Las ideas que impregnan un desarrollo sostenible se han presentado como un punto clave en la discusión y construcción de un escenario agrícola más deseable para la preservación y mantenimiento de los recursos naturales y la calidad de vida de los campesinos y las poblaciones tradicionales. Las especificidades que tienen en cuenta los procesos y las relaciones en todo el territorio son importantes para el desarrollo de un modelo de agricultura agroecológica. La agroecología y los estudios territoriales se centran en identificar las actividades, pensamientos, proyectos individuales y colectivos que favorecen el florecimiento de las vocaciones ecológicas y culturales específicas del territorio. Se trata de considerar los aspectos que pueden ser favorables para el despertar de estas vocaciones, que, en mayor o menor medida, pueden dar coherencia a un desarrollo territorial prometedor, innovador y sostenible. La calidad del desarrollo, de esta manera, está vinculada a la tipicidad, diversidad, originalidad, bienestar social, preservación del medio ambiente y patrimonio cultural. En este escenario se encuentra el Valle de Juruá / Acre - Brasil y sus especificidades territoriales que actualmente sufren de explotación de agronegocios, poniendo en peligro su papel ecológico y sociocultural. Se observa que las iniciativas que permiten el desarrollo sostenible en la región son aquellas que tienen atributos relacionados con la agroecología.

Palavras claves

Medio ambiente; Amazonas; detalles específicos; território.

Introdução

Em função do movimento de expansão do capital financeiro sobre todos os setores da economia, identifica-se, na atualidade, a existência de dois modelos de agricultura, que estão em disputa no cenário brasileiro. De um lado o agronegócio ou agribusines, representado pela burguesia agrária e articulado ao capital financeiro internacional; e do outro a agricultura camponesa com base na produção agroecológica de alimentos, sustentada pelos/as trabalhadores/as rurais assentados, sitiantes, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros, pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais.

Desenvolvimento

Agronegócio em debate: agricultura capitalizada e concentração fundiária

Nas últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação. No caso específico da agricultura, o capital financeiro tem controlado a



produção e a comercialização dos produtos agrícolas. Destaca-se nesse cenário a aquisição de empresas de diferentes ramos da produção agrícola, por bancos com os excedentes do capital financeiro. Isso acarretou um crescimento surpreendente dessas empresas que tiveram um investimento de um capital acumulado que estava fora dos processos agrícolas, contribuindo para dominarem a produção, o comércio, os insumos, as máquinas agrícolas, os medicamentos, os agrotóxicos, as ferramentas, etc. Em segundo lugar, essas empresas, fortalecidas pelo capital financeiro e favorecidas pela dolarização da economia mundial, entraram nas economias nacionais e adquiriram as empresas e a produção agrícola local. Outra forma de controle utilizada pelo capital financeiro tem sido às normas e regras impostas pelas IFMs (especialmente o Banco Mundial, FMI e OMC) quanto à produção e comércio agrícola, obedecendo aos interesses das grandes empresas e obrigando os governos locais a liberar o comércio dos produtos.

Nessa dinâmica do capital financeiro na agricultura, há, ainda, uma forte dependência quanto ao crédito bancário e à industrialização. Esses créditos financiam o domínio da agricultura pela indústria em todo mundo. Nessa lógica globalizada, os governos locais diminuíram ou praticamente abandonaram as políticas públicas de comércio local e para agricultura camponesa de base familiar. Os governos liberaram os mercados nacionais e executaram as políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo em favor das grandes transnacionais, através de isenções fiscais nas importações e exportações e taxas de juros favoráveis ao modelo de agricultura capitalista.

Com a crise do capital em 2008, os investimentos mais significativos para os grandes grupos econômicos foram aplicar seus capitais voláteis em ativos fixos como terra, minério, matéria-prima agrícola, água, território rico em biodiversidade e em produção de energias renováveis, como usinas de etanol e hidroelétricas.

Como afirma Stédile (2013),

Esses capitais financeiros se dirigiam às bolsas de mercadorias agrícolas e de minérios para aplicar seus ativos e assim especular no mercado futuro ou simplesmente transformar o dinheiro em mercadorias futuras. Esse movimento gerou uma elevação exagerada nos preços dos produtos agrícolas negociados pelas empresas nas bolsas mundiais de mercadorias [...] eles são resultado dos movimentos especulativos e do controle oligopólico dos mercados agrícolas por essas grandes empresas. (Stedile, 2013, p. 23)



Sob a hegemonia do capital financeiro, as empresas transnacionais concentraram o controle da produção e do comércio de produtos agrícolas, principalmente a agroindústria de soja, milho, cana-de-açúcar e laticínios e o monocultivo de eucalipto para celulose e carvão (siderurgia). Esse controle favoreceu o aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos em âmbito mundial, obtendo lucros extraordinários e conseqüentemente, gerando a falência de pequenos e médios produtores locais que não conseguem produzir no mesmo padrão imposto pelas empresas capitalistas. A concentração da produção agrícola atinge um pequeno número de proprietários de terra articulados com as empresas. No Brasil, “[...] 10% de todos os estabelecimentos agrícolas do país controlam 80% do valor da produção”. (Stedile, 2013, p. 25)

Essas empresas estrangeiras expandem seus negócios na agricultura capitalista controlando um volume significativo de hectares de terras no Brasil, tendo como prioridade a produção de soja em todas as regiões do Brasil; a cana-de-açúcar no centro-sudeste; a celulose no sul da Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul; madeira para carvão na região Norte e Minas Gerais; frutas irrigadas no semiárido; camarão em cativeiro no litoral do Nordeste; pecuária nas regiões degradadas e fronteiras agrícolas; algodão no Centro Oeste. (Stedile, 2013, p. 29)

Os governos brasileiros vêm sistematicamente criando às condições macroeconômicas favoráveis a expansão do agronegócio, proporcionando a aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, o que impede a reforma agrária.

A partir de 2008, a crise internacional afeta a economia brasileira pela enorme fuga de capital e altera a política econômica, forçando modificações do sistema cambial. A política de comércio exterior se transforma e a estratégia encontrada é gerar saldos comerciais e suprir o déficit da conta corrente. Volta-se então, para investimento em exportações de produtos agrícolas e minerais. Dessa forma, a agricultura capitalista, sob a forma do agronegócio, é fundamental para capturar o excedente econômico e recuperar a economia brasileira.

Durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999/2002), os investimentos no agronegócio são reforçados através das seguintes iniciativas: a) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; b) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Empresa Brasileira de Pesquisa



Agropecuária/EMBRAPA), operando em sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; c) uma regulação frouxa do mercado de terras, de modo a deixar fora o controle público às terras devolutas, mais aquelas que declaram não cumprir a função social, além de boa parte das auto declaradas produtivas; d) a mudança da política cambial torna a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional a estratégia de ajustamento macroeconômico; e) a provisão de crédito rural nos Planos Safra é retomada em vigor no período de 2003-2010. (Delgado, 2013, p.64-65)

Essa lógica de reprodução do capital no campo, que se desenvolve no controle da produção agrícola, nos insumos e na expansão dos produtos para exportação só foi possível, em função da aliança que se produziu entre as empresas multinacionais com os fazendeiros e grandes proprietários de terra. Os fazendeiros se associam subordinadamente às corporações do capital financeiro e dispõem de grandes extensões de terra, da depredação do meio ambiente e da super exploração do trabalho agrícola, muitas vezes com uso da força de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Exemplo disso são as empresas estabelecidas no Brasil produtoras de cana-de-açúcar, fruticultura, soja, pecuária, arroz, etc.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (2016) revelam que 751 trabalhadores em situação de escravidão, destes 544 resgatados. Dos 69 Conflitos Trabalhistas no campo, 68 são por trabalho escravo e 1 por super exploração. Mesmo com as denúncias, a bancada ruralista no Congresso Nacional tem conseguido, por dentro do Estado, a redução significativa no número de Auditores Fiscais do Trabalho e um corte drástico dos recursos para a realização das operações de fiscalização.

O lema ruralista é destruir as possibilidades de realização da reforma agrária (e, se possível, reverter as experiências já consolidadas), barrar a demarcação de terras indígenas e quilombolas (e, se possível, abrir espaço nas terras já demarcadas à exploração econômica pelo grande capital), implodir a legislação trabalhista e a previdência rural. (CPT, 2017, p.12)

De acordo, ainda, com os dados da Comissão Pastoral da Terra (2016), entre 2003 e 2005 o número total de conflitos por terra foi mais elevado, 2003 – 1.335 / 2004 – 1.398 / 2005 – 1.304 devido ao maior número de ocupações/retomadas e acampamentos. Já nos últimos anos a ocorrência de conflitos tem aumentado, sendo 2015- 998 e 2016 - 1.295. Da mesma forma aumentou a violência: 12.829 famílias despejadas (Despejo é uma ação da polícia, em cumprimento a mandado judicial); 17.447 famílias estiveram



sob a mira de pistoleiros; 31.278 viveram sob ameaças de serem despejadas; 21.006 sofreram ameaças ou tentativas de expulsão; 3.827 famílias tiveram suas casas destruídas; 4.611 tiveram roças destruídas; 3.071 tiveram outros bens destruídos. Isso em se tratando de conflito por terra, ainda há as incidências de conflitos por água e em territórios de povos indígenas.

Essa voracidade do capital sobre a agricultura tem provocado a expropriação, violência, criminalização de movimentos sociais no campo e o aquecimento no mercado de terras no Brasil, exatamente, nas áreas que concentram a monocultura, o latifúndio e o agronegócio. Quando o capital se apropria da terra, este o faz num processo de concentração da riqueza que tem na propriedade privada da terra um caráter rentista, próprio do desenvolvimento capitalista brasileiro. Desse modo,

Ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, implantando o trabalho assalariado, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, a peoagem e suas diferentes formas de “escravidão pela dívida” etc., todas necessárias a sua lógica de desenvolvimento. (Oliveira, 2010, p. 287).

Ressalta-se que, desde a ditadura militar, os governos brasileiros vêm investindo na agricultura, através da expansão de complexos agroindustriais, articulado com o capital financeiro internacional. Já nesse período, ocorre um processo de articulação entre o capital agroindustrial, o sistema de crédito a agricultura e a agroindústria e a propriedade fundiária no sentido de estruturar e sustentar a modernização conservadora da agricultura. Nesse sentido, “[...] o mercado de terras e o crédito rural, sob o patrocínio do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de capital financeiro na agricultura” (Delgado, 2013, p. 60-61)

É nesse momento em que o capital aplicado à terra proporciona a acumulação desse mesmo capital, tendo a renda da terra como elemento fundante para sua reprodução. Seguindo a mesma lógica, o sistema de crédito rural para a agricultura contribuiu para construção de complexos agroindustriais e para cumprir a função do capital em ampliar as taxas de lucro, agora em variados setores e ramos da produção agrícola.

No atual modelo de agricultura brasileira, o agronegócio se constitui uma das estratégias da política macroeconômica do governo federal. Como nos informa Bruno (2009)

O agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação. (Bruno, 2009, p. 114)



No mercado mundial do agronegócio, o Brasil precisa exportar e importar, mesmo que tenha condições favoráveis para produzir aquilo que importa. Os capitalistas internacionais se beneficiam e aumentam seus lucros com as exportações. O Brasil tem um lugar privilegiado no mundo capitalizado, sendo um dos principais fornecedores e exportadores de alimentos, minério de ferro, aviões, produtos florestais (celulose, papel, madeira e seus derivados).

De acordo com a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), o superávit da balança comercial na próxima safra (2017/2018) é o mais importante para além das questões ambientais e trabalhistas que envolvem a produção de monocultura capitalizada.

O agronegócio tem sido o responsável pelo superávit da balança comercial, gerador de empregos, e fator irrigante de toda uma nova sociedade que se espalha pelo interior do País. O que chamo de “Brasilzão”. Tivemos uma queda na safra de grãos 2016/2017, predominantemente pelo fator clima, no qual recuamos para cerca de 190 milhões de toneladas. Porém, as perspectivas da nova safra, 2017/2018 apontam para uma super safra, acima de 2013 milhões de toneladas de grãos. (Telon, José Luiz, Abag, 2017)

O agronegócio está representado no latifúndio e na monocultura, sustentados pelas empresas multinacionais que controlam a terra, os recursos naturais, as sementes e a força de trabalho. Nessa lógica de produção, há um uso intensivo de mecanização, que expulsa força de trabalho para aumentar a produtividade do trabalho agrícola, cujo sentido é de uma agricultura sem trabalhadores rurais. Também é reconhecido o uso abusivo de agrotóxicos, como forma de aumentar a produtividade da lavoura e do trabalho, à base de venenos, sem nenhum controle, causando todo tipo de degradação do meio ambiente, destruindo a fertilidade natural do solo e seus micro-organismos, contaminando as águas dos lençóis freáticos e a atmosfera. Incluindo a destruição do território e da cultura dos povos originários.

Agroecologia: o modelo alternativo de desenvolvimento do campo e valorização do território – o caso do vale do Juruá – Acre/Brasil

Existe atualmente certo consenso no que tange a classificação dos modelos de produção agrícola encontrados no território brasileiro. Consideram-se dois modelos como sendo os que abrangem as diversas técnicas e formas de manejo, o modelo convencional e o modelo alternativo de produção.

O modelo convencional recebe também por muitos pesquisadores o título de “agricultura moderna”, este termo surgiu das técnicas agrícolas conhecidas e descritas como “pacote tecnológico”, como o uso de variedades de alto rendimento, cultivadas



necessariamente a partir da aplicação intensiva de adubação química, combinado à aplicação sistemática de agrotóxicos, em processos de trabalho majoritariamente mecanizados (Altafin, 1999).

Alguns autores como, Altieri (2002; 2012) Balestro e Sauer (2013) afirmam em seus estudos que, o padrão convencional de agricultura tem se mostrado insustentável, não só pelo aumento da pobreza e o aprofundamento das desigualdades, mas também pelos impactos ambientais negativos causados pelo desmatamento continuado, pela redução dos padrões de diversidade preexistentes, pela intensa degradação dos solos agrícolas e contaminação química dos recursos naturais, entre tantos outros impactos (Altieri, 2002, p.8).

Diante da problemática da desordem econômica, social e ambiental oriundas de um modelo de produção com a lógica de exploração ao máximo da natureza e sem observar os limites de sua utilização, surge um movimento chamado “alternativo”, justamente para contrapor esta lógica e este modelo de produção. O modelo chamado de alternativo tem como premissas a utilização de métodos e técnicas que respeitam os limites da natureza, pouca ou nenhuma dependência de agrotóxicos e troca de saberes científicos com saberes locais desenvolvidos pelos agricultores (Caporal e Costabeber, 2004).

De modo geral, a agricultura alternativa visa trabalhar com o conceito de agricultura sustentável que se apresenta como uma resposta relativamente recente para o declínio a qualidade dos recursos naturais e da base produtiva da agricultura moderna (Altieri 1998; 2012). A questão da produção agrícola deixou de ser puramente técnica para se tornar em uma questão mais complexa, que é caracterizado pelas dimensões sociais, culturais, políticas, ambientais, éticas e econômicas, justamente o oposto do modelo convencional do “agronegócio” apresentados anteriormente.

Carmo (2008) concebe a agroecologia como uma nova abordagem científica, multidimensional, ao passo que busca outros aportes disciplinares para desenvolver sua dimensão teórica possuindo como eixo central de estudo o agroecossistemas. Ademais, segundo informa Altieri (1998), o objetivo principal da agroecologia é trabalhar com sistemas agrícolas complexos no qual as interações ecológicas entre os componentes biológicos criem fertilidade ao solo, a produtividade e a proteção das plantas.

Elencada como uma ciência inovadora, a agroecologia, por sua vez, busca dinamizar a visão interdisciplinar e participativa como uma cadeia integradora de sistemas de conhecimento coletivo. Nesse enfoque, essa ciência reconstrói modelos teóricos e



metodológicos específicos embasados nas experiências substanciadas por diferentes atores sociais envolvidos nas práticas de cultura da terra.

Nesse sentido, a abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a direcionar o olhar investigativo nas práticas tradicionais dos agricultores resgatando o conhecimento para desenvolver projetos sustentáveis com a mínima dependência de componentes químicos externos.

Ressalta-se também que existe uma relação bem estreita da agroecologia com o conceito de desenvolvimento sustentável, ou sustentabilidade. Esta relação está pautada na ideia de que o conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado, segundo alguns autores, para causar de forma proposital uma discussão e reflexão mais aprimorada sobre este conceito (Altieri, 2012). Além disso, as bandeiras do desenvolvimento sustentável também são e estão relacionadas com os olhares da agroecologia para com os agroecossistemas.

Segundo Camargo (2008), o desenvolvimento sustentável tem como objetivo atingir parâmetros desejáveis na economia, no equilíbrio ambiental e na dimensão social, todavia, existem parâmetros hoje também apontados como desejáveis de dimensões éticas, políticas e culturais. A agroecologia anda pelo mesmo caminho, objetiva atender as demandas econômicas, de forma a gerar qualidade de vida, diminuindo as mazelas sociais, garantindo acesso às políticas públicas e de justiça social, respeitando os conhecimentos tradicionais e culturais dos atores envolvidos, garantindo uma produção limpa e que esteja em sinergia com o meio ambiente.

O Estado do Acre está localizado na porção Ocidental da Amazônia Brasileira, a sua área territorial corresponde a cerca de 164.221,36 Km², representando 4,26% da Região Norte e 1,92% do território nacional (Acre, 2013).

Dentro do estado do Acre, está inserido o município de Cruzeiro do Sul (Figura 1), localizado nas seguintes coordenadas geográficas: latitude 07° 37' 52" S, longitude 72° 40' 12" W, com altitude média de 182 metros em relação ao nível do mar, fazendo fronteira ao norte com o estado do Amazonas e a oeste, fronteira internacional com o Peru (ACRE, 2006). Tal município foi fundado no dia 28 de setembro de 1904 e possui uma área total correspondente a cerca de 8.779,348 km² com uma densidade demográfica de 8,94 hab/km². Além disso, Cruzeiro do Sul está inserido no bioma Amazônico e possui uma população estimada de 81.516 mil habitantes, sendo a zona urbana constituída por 55.259 pessoas e a zona rural composta por 23.185 pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010).

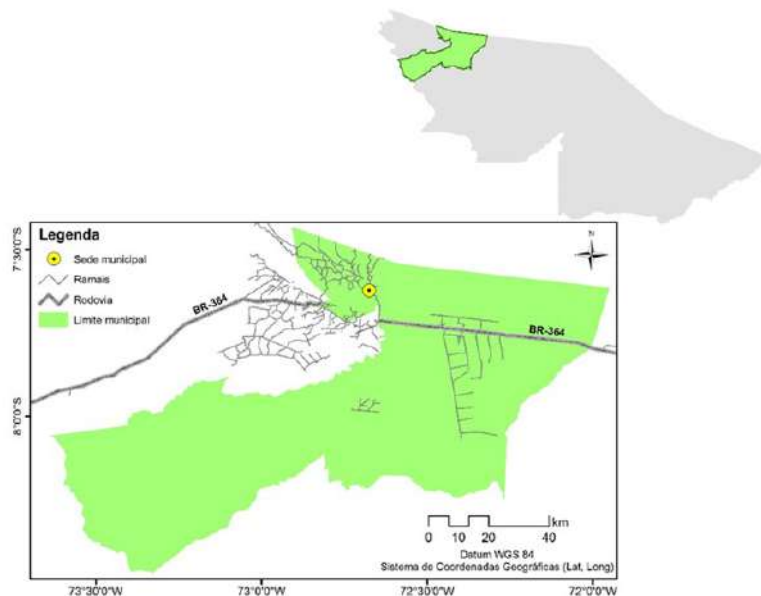


Figura 1. Localização do município de Cruzeiro do Sul. Fonte: SILVA, S. S. (2016).

Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger, o clima do município de Cruzeiro do Sul é do tipo equatorial, quente e úmido Af, apresentando chuvas bem distribuídas ao longo do ano e, praticamente ausência de estação seca, destacando-se ainda por possuir altas temperaturas, precipitação pluviométrica média anual de 2100 mm e uma elevada umidade relativa do ar, com índices superiores a 80% ao ano (Pereira; Angelocci; Sentelhas, 2002). Essas características climáticas cruzeirenses são as mesmas que predominam em todo o território acreano.

A temperatura média anual se encontra em torno de 24,5°C e a máxima situa-se ao redor de 32°C, sendo estas distribuídas de forma uniforme para todo o estado (Acre, 2010).

Por apresentarem boa potencialidade, os solos do Acre, suportam uma vegetação natural que se divide em dois tipos: Floresta Ombrófila Densa (FD) e Floresta Ombrófila Aberta (FA), estas apresentando em sua composição uma boa heterogeneidade florística.

A Amazônia abrange a maior biodiversidade do planeta. Os números exatos são controvertidos porque até hoje poucas espécies foram estudadas. As estimativas sobre o número de plantas na Amazônia divergem entre cinco e trinta milhões. Grande parte dessa riqueza está ameaçada por atividades econômicas que não condizem com a vocação regional (exploração sustentável dos recursos naturais), muito embora nas últimas décadas, tenha se intensificado a busca por alternativas para conter a



devastação dos recursos naturais, bem como, por sistemas de manejo sustentáveis para manutenção da diversidade biológica (Abrantes, 2002; Albuquerque, 2005 apud Linhares, 2009).

Na região de estudo encontram-se presentes muitas das chamadas comunidades tradicionais, são ribeirinhos, indígenas, pescadores e seringueiros. Todas estas comunidades possuem suas características próprias de manejo dos recursos e formas de agricultura, muitas delas associadas aos conhecimentos tradicionais que muitas vezes são negados pelo modelo convencional de produção.

O papel das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade na floresta tropical brasileira já foi analisado em comparação com as formas convencionais de utilização da terra em atividades agropecuárias. Neste caso, observou-se maior erosão genética, mesmo quando acompanhada de “medidas conservacionistas”. Por outro lado, as formas de utilização dos recursos naturais pelas populações extrativistas e indígenas podem resultar em mínima erosão genética e maior conservação e aumento da diversidade intraespecífica e interespecífica. Assim, o sistema desenvolvido pelas populações tradicionais tem demonstrado uso mais rentável da floresta em curto e médio prazo, mantendo a biodiversidade e os processos naturais de forma eficaz (Diegues, 2001).

Neste sentido, a agroecologia apresenta-se como movimento contrário as mazelas do agronegócio. Os valores e princípios agroecológicos não atendem aos interesses do grande capital. Obviamente, este conflito de interesses coloca a agroecologia como uma ciência e um movimento em processos contínuos de superação, haja vista a necessidade de demonstrar que é possível derrubar o modelo de agricultura advindo das idéias e motivações da chamada “Revolução Verde”.

Amorozzo (2014) chega a discutir em seus trabalhos, em especial no texto “Quem vai ficar para cuidar da roça? ”, suas preocupações em relação a todos esses conhecimentos que existem nas roças mais simples e tradicionais, roças tradicionalmente familiares, modelos que o agronegócio pretende superar. É bem sabido que estes conhecimentos tradicionais estão extremamente relacionados com a preservação e conservação genética e cultural de diversas populações indígenas e agrícolas tradicionais. A autora aponta sobre o desinteresse dos indivíduos mais novos e da deficiência dos detentores do conhecimento de manejo em garantir e perpetuar seus conhecimentos. Ora, sabe-se que muitos são os fatores que podem contribuir para este processo de erosão cultural e genética. Em se tratando da erosão cultural, neste



caso, os motivos se apresentam no fascínio que os grandes centros, as novas tecnologias e a qualidade de vida urbana oferecem e certamente a transformação da agricultura.

A garantia de acesso aos serviços públicos, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e florestais deve ser pauta de políticas públicas compromissadas com a garantia de perpetuação e preservação destes conhecimentos, além claro, de compromissos com a diminuição de mazelas sociais como o êxodo rural, o crescimento desordenado dos grandes centros que recebem estas populações sem planejamento adequado, a diminuição da criminalidade, entre outros, e obviamente, o mercado consumidor e a mídia assumem papel importante na mudança de valores e na discussão destes assuntos pela sociedade.

Diante disso, se faz necessário uma revalorização do rural. Na Agricultura um novo processo de mudança de valores está ocorrendo atualmente. É chamado por alguns autores como um processo de “revalorização” do rural. (Schneider, 1999). Segundo alguns autores, esse termo, “revalorização”, caracteriza uma nova forma de ver o rural, o mesmo rural que dentro da visão produtivista geralmente é entendido como uma fonte de exploração dos recursos com o objetivo de aumento da produtividade sem muitas vezes considerar o uso adequado dos recursos naturais.

Na agroecologia, as questões que envolvem a revalorização do rural e o desenvolvimento do território, tendo em vista a economia territorial de Bernard Pecqueur (2002) parece fornecer elementos de análise dos mais fecundos para desenvolver um tipo de interpretação pertinente aqui. Este autor aponta para a história particular de um território como fonte de criação de bens e serviços territorializados, ou seja, invenções apoiadas em especificidades territoriais. Estas idéias podem ser interpretadas de tal maneira a propor que a análise dos processos sociais pode se alimentar da identificação dos aspectos reconhecidos, potenciais ou latentes que favoreçam a emergência das singularidades e das tipicidades dos territórios. Quer dizer, trata-se de discutir em que medida os atores locais se mobilizam e se articulam para fazer valer as diferenças, aquilo que lhes torna distintos em relação a outras realidades humanas.

A agroecologia e os estudos territoriais se voltam assim para a identificação das atividades, pensamentos, projetos individuais e coletivos que favoreçam o florescimento das específicas vocações ecológicas e culturais do território. Trata-se de considerar os aspectos que possam ser favoráveis ao despertar destas vocações, o que, em maior ou



menos medida, pode conferir consistência a um desenvolvimento territorial promissor, inovador e sustentável.

A qualidade do desenvolvimento, desta maneira, está vinculada à tipicidade, à diversidade, à originalidade, ao bem estar social, à preservação do meio-ambiente e do patrimônio cultural. Nesta ótica, o desenvolvimento territorial deve ser, portanto, considerado como resultante de projetos voltados para a construção de recursos específicos e distintivos. O reconhecimento e valorização dos múltiplos papéis da agricultura podem ser então apropriados indicadores de uma percepção favorável a processos de especificação do território e neste aspecto a agroecologia se torna uma importante aliada para um modelo de desenvolvimento que esteja alinhado ao desenvolvimento sustentável.

Conclusão

A agroecologia é um modelo alternativo ao desmonte da vida no planeta provocado pelo agronegócio e todas as suas ramificações em todos os setores da agricultura e da indústria, se baseia em novas relações sociais e de produção que elimina a exploração, a concentração fundiária, o trabalho escravo, a dominação dos recursos naturais para fins de acumulação de capital, os agrotóxicos e as sementes transgênicas, a opressão e alienação dos/as trabalhadores/as rurais, entre outros.

Assim, a agroecologia contribui para produção de alimentos saudáveis, garantindo o princípio da soberania alimentar e do trabalho cooperativo, como mutirões e agroindústrias familiares, próximo ao local da produção agrícola e sob o controle dos trabalhadores/as rurais. É necessário considerar as especificidades de territórios como o caso citado de Cruzeiro do Sul/Acre-Brasil, onde é possível empregar as técnicas agroecológicas de produção de alimentos e abolir a mecanização exagerada que exaure a riqueza do solo. As máquinas agrícolas devem ser apropriadas a cada contexto socioambiental, visando a produtividade ambientalmente sustentável.

Todos os bens da natureza devem estar a serviço da vida sustentável do planeta e dos povos. A terra, a água e as florestas nativas devem ser tratadas como direito de todos os povos e não mercadoria e nem objeto de apropriação privada. As sementes são patrimônio da cultura dos povos camponeses e devem estar a serviço da saúde e da alimentação, sendo respeitada a biodiversidade dos biomas regionais, para que todos/as possam fazer uso delas, sem o controle econômico de empresas privadas do capital internacional.



Em tempos de capital financeiro e expansão do agrohidronegócio sobre o campo brasileiro, atingindo significativamente os territórios dos povos campesinos, ressalta-se as ações de resistência e organização política em defesa de uma reforma agrária popular com base numa produção agroecológica e respeito aos territórios e culturas dos povos do campo.

Referências

- Acre, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Recursos Naturais: Geologia, geomorfologia e solos do Acre. ZEE/AC, fase II, escala 1:250.000 / Programa Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Rio Branco: SEMA Acre, 2013. 100 p. (Coleção Temática do ZEE; v. 2).
- Acre. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II. Documento síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 350p.
- Altafin, I.G. Diagnóstico rural participativo no desenvolvimento local sustentável. Brasília, 1999. (Mimeo).
- Altieri, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- Altieri, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: agropecuária, 2002. 592 p.
- Altieri, Miguel. Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável. 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- Amorozo MCM. 2012. Diversidade agrícola em um cenário rural em transformação: será que vai ficar alguém para cuidar da roça? In: Ming LC, Amorozo MCM e Kffuri CW (Orgs.). Agrobiodiversidade no Brasil: experiências e caminhos da pesquisa. Volume 6. Recife: Nuppea, 2012.
- Balestro, M. V.; Sauer, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: Sauer, S.; Balestro, M. V. (Org.). Agroecologia: os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- Bruno, R. Um Brasil Ambivalente – Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2009.
- Camargo, A.L.B. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 160 p.



Caporal, Francisco Roberto; Costabeber, José Antônio. Agroecologia e Extensão rural: contribuições para promoção do desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

Carmo, Maristela Simões do. Agroecologia: Novos caminhos para a agricultura familiar. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, São Paulo, p. 28-40, 2008.

Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiânia, 2017.

Delgado, G. dá C. Reestruturação da Economia do Agronegócio – Anos 2000. IN: Stedile, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Diegues, Antonio Carlos; Arruda, Rinaldo, S. V (Org.). Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil, Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

Linhares, J.F.P. Populações Tradicionais da Amazônia e Territórios de Biodiversidade/Jairo Fernando Pereira Linhares-Revista Pós Ciências Sociais. v. 1 n. 11 São Luis/MA, 2009.

Martins, J. de S. Expropriação e Violência. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

Oliveira, A. U. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contrarreforma Agrária no Governo Lula. IN: Os Anos Lula – Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Pecqueur, Bernard (2005). O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para os países do Sul, Raízes, vol. 4, n. 1 e 2, Campina Grande/ PB: UFCG, pp. 10-22.

Pereira, A.R.; Angelocci, L.R.; Sentelhas, P.C. Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas. Porto Alegre: Guaíba Agropecuária, 2002, 478p.

Schneider, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999. 208 p.

Stedile, J. P. (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Telon, José Luiz. Agronegócio em 2017: além da economia. Disponível em http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-agronegocio-em-2017. Acesso em 13/05/2017.